



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS – CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
NÚCLEO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

AVENIDA ONÇA PINTADA, Nº 1308, GALO DA SERRA, CEP 69.735-000, PRESIDENTE FIGUEIREDO.

---

**NOTA TÉCNICA 14.2023 – NCC/DEPAD/CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO -**  
**IFAM**

**PROCESSO:** 23443.000216/2023-66

**LICITAÇÃO:** Pregão nº 04.2023

**OBJETO:** Contratação dos serviços de apoio administrativos, para as mão de obras, agente de portaria e recepcionista.

Ao Senhor,

**MATEUS LIMA**

Departamento de Aquisições, Licitações e Contratos

Manaus (AM), 28 de junho de 2023

Senhor Pregoeiro,

**1. Considerações Gerais**

O presente ato licitatório visa à contratação de empresa especializada para proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de forma contínua de agente de portaria e recepcionista, com fornecimento de insumos e materiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e Termo de Referência, anexo I do Pregão Eletrônico nº 04.2023.

**2. Da Análise**

A empresa **EVYDENCE SERVICE PORTARIA E CONSERVAÇÃO (CNPJ: 37.998.828/0001-90)**, apresentou sua proposta para o posto de recepcionista no dia 20/06/2023, as 10:28 horas, no valor de R\$ 86.750,04, com fornecimento de equipamentos e materiais.

Verificou-se que a planilha de custos apresentava o preço-homem mensal no total de R\$ 3.614,58 (três mil, seiscentos e quatorze reais e cinquenta e oito centavos), valor mensal R\$ 7.229,17 (sete mil, duzentos e vinte e nove reais e dezessete centavos) e valor anual de R\$ 86.750,04 (oitenta e seis mil, setecentos e cinquenta reais e quatro centavos).

Ao realizar a análise da composição da planilha de custos, foi verificada distorção na composição de custos unitário para a propostas, conforme itens a seguir:

Item VALE TRANSPORTE - No tocante ao transporte foi ofertado o custo unitário de R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos), contudo conforme item 5.5.22 – Informações relevantes para o dimensionamento da proposta o valor determinado para o município de Presidente Figueiredo é de R\$ 5,00 (cinco reais), conforme decreto municipal nº 3148 de 18 de outubro de 2021.

5.5.22. O valor a ser cobrado no vale transporte é aquele cobrado no município de Presidente Figueiredo, ou seja 5,00 descontando a participação do empregado.

Além da do custo unitário incorreto do vale transporte, também faz-se necessário a correção dos dias de pagamento, pois a licitante ofertou valor para apenas para 24 dias de trabalho, conforme formula extraída da planilha abaixo:

**Formula da empresa** =  $3,8 \times 2 \times 24 - 6\% \times 1.515,84 = \text{R\$ } 91,41$

**Formula Correta:**  $(\text{R\$ } 5,00 \times 2 \times 26) - (\text{salário-base} \times 6\%) = \text{R\$ } 160,05$

Conforme art. 10 do Decreto nº 95.247/1987, “o valor da parcela a ser suportada pelo beneficiário será descontada proporcionalmente à quantidade de Vale-Transporte concedida para o período a que se refere o salário ou vencimento e por ocasião de seu pagamento, salvo estipulação em contrário, em convenção ou acordo coletivo de trabalho, que favoreça o beneficiário.”

Item - MÓDULO 03: PROVISÃO PARA RESCISÃO

No tocante ao módulo Provisão para Rescisão e Custo de Reposição do Profissional ausente, os valores referente a base de cálculo desses módulos estão incorretas.

Conforme metodologia da Serges constante nos cadernos técnicos e na planilha modelo disponibilizada no link: [11. Orientações gerais para planilha de custos e formação de preços - Portal de Compras do Governo Federal \(www.gov.br\)](#)

A Serges determina que o custo do Aviso Prévio Trabalhado corresponde a:

- Remuneração integral;
- Férias, adicional de férias e 13º salário proporcionais;
- Encargos previdenciários e FGTS, inclusive multa sobre o saldo de depósitos;
- Benefícios mensais e diários.

Contudo, a empresa considerou apenas os percentuais em cima da remuneração, desconsiderando os outros itens, logo, quando ocorrer o desligamento, pelo término do contrato com a Administração, a empresa tem por obrigação de custear os valores excedentes pela exclusão dos itens da proposta.

No que diz respeito ao Aviso Prévio Indenizado não haverá provisão de encargo previdenciário, portanto, visto que trata-se de verba indenizatória, logo sua composição de base de cálculo para aplicação dos percentuais desse módulo, conforme a Serges é:

- Remuneração integral (exceto provisão de horas extras);
- Férias, adicional de férias e 13º salário proporcionais;
- FGTS, inclusive multa sobre o saldo de depósitos;
- Benefícios mensais e diários

Embora a empresa opte por compor a base de cálculo apenas com a Remuneração, este setor orienta que a base de cálculo desses módulos seja composto conforme disposto a seguir:

**Base de cálculo do API : Módulo 1 + Módulo 2 - GPS**

**Base de cálculo Incidência do FGTS sobre API: Módulo 1 + Módulo 2.1**

**Base de cálculo Multa FGTS sobre API: Módulo 1 + Módulo 2.1**

**Base de cálculo do APT: Módulo 1 + Módulo 2**

Quanto à base de cálculo do Módulo 4 – Custo de Provisão do Profissional Ausente, tem-se a seguinte composição:

**Base de cálculo:** Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 (SEGES)

Embora a empresa opte por omitir ou reduzir os custos dos itens da CCT, o Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário é taxativo ao afirmar a obrigatoriedade da empresa em informar esses custos, **“outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente”**, *in verbis*:

Art. 63. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Anexo VII – A da IN 05/2017

(...)

7.5. A apresentação das propostas nos termos do subitem 7.4. Acima implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, **assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em qualidade e quantidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição; (grifo nosso)**

Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário

“(…) 52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. **Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente.** Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro. (grifos nossos) (...) Voto do Ministro Relator (...)”

Além disso, a planilha de custo apresenta valores nas zonas de atenção para os itens “Custos Indiretos” e “Lucro”, no percentual de 0,80% e 1,77% respectivamente, muito abaixo no cenário mínimo de atenção, conforme estudos da FIA:

A estimativa de lucro utilizada para cálculo dos valores limite derivam de estudos realizados pela Fundação Instituto de Pesquisas (FIA) e correspondem à 6,79% em cenário máximo e 3,90% no cenário de atenção. (Orientações Serges para elaboração da planilha de custos)

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			(%) Valor (R\$)
A	Custos indiretos			0,80% R\$ 25,68
B	Lucro			1,77% R\$ 57,48
C	Tributos			8,65%
	C.1	Tributos Federais	PIS	0,65% 23,49
	C.2		COFINS	3,00% 108,44
	C.3	Tributos Municipais	ISS	5,00% 180,73
	TOTAL			11,22% R\$ 395,82

Fonte: Planilha da Licitante

É importante salientar que não há vedação legal à atuação, por parte de empresas contratadas pela Administração Pública Federal sem margem de lucro ou com margem de lucro mínima, no entanto, torna-se necessário sanar alguns questionamentos:

- A proposta com a margem de lucro apresentada é viável?
- Possui outros contratos que rendem receita suficiente para suportar as despesas administrativas dessa nova contratação?
- Qual política de ganhos da empresa?

### 3. Conclusão

Portanto, a opção da empresa por não adoção das planilha modelo constante disponibilizadas pela IFAM, cabe a ela a responsabilidade de adequação da planilha Modelo constante no ANEXO VII – D da IN 05/2017, atendendo as especificações da metodologia de cálculo Serpes constantes nos cadernos técnicos e estipulados pelo edital, pois a planilha modelo foi criada com a finalidade de facilitar a apresentação da proposta pelas licitantes do Pregão 04.2023, pois já possui as adequações do plano de trabalho da contratação e particularidades do local onde o serviço será prestado.

Além disso, a imperícia apresentada pela licitante na adequação do Modelo constante no ANEXO VII – D da IN 05/2017, quanto particularidades e especificações dessa contratação, constante no Termo de Referência pode levar a desclassificação da empresa, pois embora os erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para não aprovação da proposta, **desde e quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço**

**ofertado, comprovando que o valor proposto seja o bastante para arcar com todos os custos da contratação.**

Diante da necessidade de correção dos itens indicados, além de apresentar distorções no cálculo do vale transporte, e correção da base de cálculo dos Módulos 03 e 04, somos favoráveis pela DESCLASSIFICAÇÃO da planilha de custos analisada, ficando a cargo da comissão a decisão pela desclassificação da proposta ou a abertura de diligências para a correção da planilha e apresentação de justificativas e comprovações em relação ao cenário de atenção apontados nos itens desta nota.

Pois embora, itens isolados da planilha com percentuais abaixo do mínimo ou indícios de inexecutabilidade, segundo o anexo VII-A, item 9.3 da IN 05/2017 não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta. Orientamos que caso a empresa não consiga corrigir a proposta e não apresente justificativas técnicas quanto aos valores propostos, sugerimos que a proposta da empresa seja eliminada por ausência de legitimidade dos custos, caso não seja aceita pela equipe de planejamento essa condição, recomendamos a empresa demonstrar essa diferença em relação ao lucro proposto.

Atenciosamente,

**Marlena Raquel dos Santos Vasconcelos**

Contadora - CRC-AM 15379-O

Núcleo de Contabilidade e Custos – Campus Presidente Figueiredo